

Rafaella Mikos Passos

Tráfico de Pessoas

O enfrentamento por
Estados e empresas

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2020

Copyright © 2020 by Rafaella Mikos Passos

Categoria: Direitos Humanos

PRODUÇÃO EDITORIAL
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Alex Sandro Nunes de Souza

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.
não se responsabiliza pelas opiniões
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, inclusive quanto às características gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895, de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil
Printed in Brazil

1184483

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

P289t

Passos, Rafaella Mikos

Tráfico de pessoas : o enfrentamento por Estados e empresas
/ Rafaella Mikos Passos. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2020.
232 p. ; 21 cm.

Bibliografia : p. 181-207.

ISBN 978-65-5510-373-1

1. Direitos humanos. 2. Lenocínio e tráfico de pessoas.
3. Tráfico humano. 4. Empresa. I. Título.

CDD 341

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

Sumário

Prefácio	XVII
Apresentação	XXI
1 Introdução	1
2 Tráfico de pessoas	5
2.1 Causas do tráfico de pessoas	8
2.2 Enfrentamento do tráfico de pessoas no âmbito internacional	12
2.2.1 Histórico dos instrumentos internacionais sobre o tráfico de pessoas	13
2.2.2 Considerações sobre o marco regulatório internacional de enfrentamento do tráfico de pessoas	18
2.2.2.1 O conceito jurídico-internacional de tráfico de pessoas	21
2.2.2.2 Modalidades do crime de tráfico de pessoas.....	30
2.2.2.3 Breves considerações sobre o tratamento distinto entre tráfico de pessoas e contrabando de migrantes.....	34
2.2.3 Outros instrumentos e iniciativas internacionais relevantes sobre o tráfico de pessoas	37
2.3 Obrigações dos Estados sob a perspectiva do Protocolo de Palermo.....	43
2.3.1 Prevenção ao tráfico de pessoas	47
2.3.2 Repressão.....	53
2.3.3 Assistência e proteção às vítimas do tráfico de pessoas.....	56

2.4 O Enfrentamento do tráfico de pessoas no ordenamento jurídico brasileiro	63
2.4.1 Lei nº 13.344/2016: o marco legal brasileiro sobre o enfrentamento do tráfico de pessoas	65
2.4.2 Normas internas correlatas ao enfrentamento do tráfico de pessoas	69
2.4.3 Políticas públicas brasileiras de enfrentamento do tráfico de pessoas	72
2.5 Indicadores sobre o tráfico de pessoas	77
2.5.1 Análise dos Relatórios Globais do UNODC	80
2.5.2 Necessidade de parcerias e redes entre o setor público e privado para o enfrentamento do tráfico de pessoas	83
3 O tráfico de pessoas e a atividade empresarial.....	89
3.1 as empresas como um dos principais atores na sociedade globalizada.....	91
3.2 A Relação entre os Direitos Humanos e as empresas	98
3.2.1 Normas e iniciativas internacionais	103
3.2.1.1 As Diretrizes da OCDE para as Empresas Multinacionais.....	104
3.2.1.2 A Declaração Tripartite de Princípios sobre Empresas Multinacionais e Política Social da Organização Internacional do Trabalho.....	106
3.2.1.3 O Pacto Global	107
3.2.1.4 Os Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos.....	111
3.2.2 Normas e iniciativas brasileiras	122
3.2.3 Iniciativas das empresas e a responsabilidade social corporativa	131

3.3 Interseções entre o setor privado e o tráfico de pessoas: perspectivas a partir dos três eixos do Protocolo de Palermo.....	147
3.3.1 Prevenção ao tráfico de pessoas	156
3.3.2 Persecução ao tráfico humano: a importância da cooperação das empresas.....	166
3.3.3 Proteção e assistência às vítimas.....	170
Considerações finais.....	175
Referências	181